

CENTRO SOCIAIS PAROQUIAL DA CAMPEA - RUA DA IGREJA N.º 16 VILA NOVA - 5000-071 CAMPEA,
T [+351] 259 978 171 - cspvt@hotmail.com

ANEXO

(Período 2019)

1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

Centro Social e Paroquial da Campeã

NIPC: 503.966.932

1.2 — Sede

Rua da Igreja n^º 16- Vila Nova

Vila Nova – Campeã

5000-071 Vila Real

1.3 — Natureza da Atividade

Instituição Particular de Solidariedade Social

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso nº 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
 - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.^o 220/2015, de 24 de Julho;

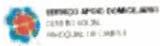


Ajetos

LAR CENTRO DE DIA SÃO JOSÉ
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DA CAMPEÃ



CENTRO
CENTRO DE DIA SÃO JOSÉ
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEÃ



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEÃ
CENTRO DE DIA SÃO JOSÉ
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEÃ



CENTRO
CENTRO DE DIA
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEÃ



CENTRO DE DIA
CENTRO NO VIZINHO
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEÃ

(Handwritten signature)

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEÃ - RUA DA IGREJA N.º 16 VILA NOVA - 5000-071 CAMPEÃ
T | +351| 259 978 171 • cspcv@gmail.com

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 - Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica)

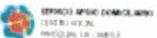
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



LAR CENTRO DE SAÚDE E GRECHE
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DA CAMPEA



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA - RUA DA IGREJA N.º 16 VILA NOVA - 5000-071 CAMPEA
T (+351) 259 978 171 - cspcvr@hotmail.com



(Assinatura)

(Assinatura)

3.1.12 - Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.13 - Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.



3.1.8 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.9 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros existentes no Balanço dizem respeito aos Fundos de Reestruturação do Setor Social e Fundo de Compensação de Trabalho.

3.1.10 - Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.11 – Inventários

Mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.7 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2011 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	10 a 50
Equipamento básico	3 e 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 5
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA - RUA DA IGREJA N.º 16 VILA NOVA - 5000-071 CAMPEA.
T (+351) 259 978 171 - cspcvr@hotmail.com

1
the
pp

3.1.3 - Consistência de apresentação

As Demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.4 - Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 - Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
 - b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
 - c) Razão para a reclassificação.

3.1.14 - Rérito

O rérito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber. Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.15 - Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.16 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, Subsídio de Férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes

[Signature]

encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.17 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas.

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

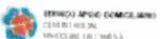
3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).



LAR CENTRO DE DIA SÃO JOSÉ
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DA CAMPEA



CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEA



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA



CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEA

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA - RUA DA IGREJA N.º 16 VILA NOVA • 5000-071 CAMPEA
T (+351) 259 978 171 • cspcr@hotmail.com

(Handwritten signatures)

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 - Fluxos de caixa

Ver alínea iv) do ponto 3.1.13 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2019	2018
Caixa	859,69	8.129,29
Depósitos à Ordem	146.257,66	104.178,48
Depósitos a Prazo		
Outros equivalentes de caixa	500,00	500,00
Total	147.617,35	112.807,77

Instrumentos Financeiros

Entidades	2017	Aumentos	Diminuições	2018	Aumentos	Diminuições	2019
Titulos de Capital - CA	500,00			500,00			500,00
Total	500,00			500,00			500,00

5 - Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.7 da nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



(Signature)

Ativos fixos tangíveis						
Quantias brutas escrituradas	2017	Adições	Alienações /abates	2018	Adições	Alienações /abates
Terrenos e rec. Naturais	25,00			25,00		25,00
Edif. e outras construções	2.109.035,98	68.596,42		2.177.632,40	54.202,61	2.231.835,01
Equipamento básico	146.281,58	1.852,93		148.134,51	368,00	148.502,51
Equipamento de transporte	106.359,29			106.359,29	1.115,00	-6.009,29 101.465,00
Equipamento administrativo	30.494,00			30.494,00		30.494,00
Out. ativos fixos tangíveis	119.857,98	2.037,86		121.895,84	1.842,11	123.737,95
AFT em curso	32.754,10	10.076,11	-42.830,21		3.757,00	3.757,00
Sub-total	2.544.807,93	82.563,32	-42.830,21	2.584.541,04	61.284,72	-6.009,29 2.639.816,47
Depreciações e perdas por imparidade	2017	Adições	Alienações /abates	2018	Adições	Alienações /abates
Edif. e outras construções	216.675,99	49.275,28		265.951,27	50.540,00	316.491,27
Equipamento básico	108.217,61	13.829,75		122.047,36	13.058,79	135.106,15
Equipamento de transporte	101.692,62	4.666,67		106.359,29	46,46	-6.009,29 100.396,46
Equipamento administrativo	28.137,55	1.557,01		29.694,56	479,58	30.174,14
Out. ativos fixos tangíveis	64.653,21	15.247,29		79.900,50	13.591,44	93.491,94
Sub-total	519.376,98	84.576,00		603.952,98	77.716,27	-6.009,29 675.659,96
Quantias líquidas escrituradas	2.025.430,95	-2.012,68	-42.830,21	1.980.588,06	-16.431,55	1.964.156,51

6 - Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.8 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis						
Quantias brutas escrituradas	2017	Adições	Alienações /abates	2018	Adições	Alienações /abates
Projetos de desenvolvimento	4.523,00			4.523,00		4.523,00
Programas de computador	3.025,80			3.025,80		3.025,80
Sub-total	7.548,80			7.548,80		7.548,80
Amortizações e perdas por imparidade	2017	Adições	Alienações /abates	2018	Adições	Alienações /abates
Projetos de desenvolvimento	4.488,72	34,28		4.523,00		4.523,00
Programas de computador	3.025,80			3.025,80		3.025,80
Sub-total	7.514,52	34,28		7.548,80		7.548,80
Quantias líquidas escrituradas	34,28	-34,28				



LAR CENTRICO DE DIA SAO E CRECHE
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DA CAMPEA

CRECHE
CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEA

REFUGIO APRESO D'AMOLINHOS
CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEA

LAR
CENTRICO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEA

REFUGIO APRESO D'AMOLINHOS
CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEA

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA - RUA DA IGREJA N.º 16 VILA NOVA - 5000-071 CAMPEA
T (+351) 259 978 171 - cspcr@hotmail.com

7 – Outros Instrumentos Financeiros

Ver ponto 3.1.9 na nota 3 deste anexo

Instrumentos Financeiros

Entidades	2017	Aumentos	Diminuições	2018	Aumentos	Diminuições	2019
Fundo Compensação Trabalho	2.873,07	1.326,59	409,39	3.790,27	1.596,25	453,55	4.932,97
FRSS	404,59			404,59			404,59
Total	3.277,66	1.326,59	409,39	4.194,86	1.596,25	453,55	5.337,56

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.11 na nota 3 deste anexo

8.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2019	2018
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso		
Total		



LAR CLÍNICO DE LIA SAÚDE & CRIECH
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA - RUA DA IGREJA N.º 16 VILA NOVA - 5000-071 CAMPEA.
T (+351) 259 978 171 - cspcvr@hotmail.com

Filipa
Flávia

d)1 - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2019			2018		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Totais	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Totais
Inventários no começo do período					2.855,05	2.855,05
Compras						
Regularizações						
Inventários no fim do período					2.855,05	2.855,05
CMVMC					2.855,05	2.855,05

9 – Réido

Ver ponto 3.1.14 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de réido reconhecida durante o período incluindo o réido proveniente de:

Réidos reconhecidas no período	2019	2018
Venda de bens		
Prestação de serviços	382.160,38	391.940,96
Juros		
Total	382.160,38	391.940,96

10 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.15 na nota 3 deste anexo

10.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2019	2018
Imputação de sub. para investimentos	39.952,11	40.789,48

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2019	2018
Centro Distrital da Segurança Social	500.368,62	493.491,50
Autarquias	2.400,79	2.898,52
Total	502.769,41	496.390,02

11 - Instrumentos financeiros

11.1 – Clientes/Utentes, fornecedores e Fundadores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia liquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia liquida
Ativos	2019			2018		
Clientes/Utentes	58.479,29		58.479,29	37.026,81		37.026,81
Outros créditos a receber	111.200,61		111.200,61	111.557,54		111.557,54
Total	169.679,90		169.679,90	148.584,35		148.584,35
Passivos	2019			2018		
Fornecedores	29.781,54		29.781,54	18.667,87		18.667,87
Outras dívidas a pagar	67.264,92		67.264,92	71.409,20		71.409,20
Total	113.799,12		113.799,12	90.077,07		90.077,07

11.2 – Estado e outros entes públicos.

Estado e Outros Entes Públicos	2019	2018
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento		
EOEP - IVA	8.564,30	4.125,01
Total	8.564,30	4.125,01
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	1.196,07	1.424,00
EOEP - Segurança Social	9.399,50	8.655,12
EOEP - Outros	134,71	139,67
Total	10.730,28	10.218,79



LAR CIVICO DE LIA SAD E ORCHE
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEÃ



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEÃ - RUA DA IGREJA N.º 16 VILA NOVA - 5000-071 CAMPEÃ.
T (+351) 259 978 171 • cspcvr@hotmail.com

(Handwritten signature)

11.3 – Financiamentos obtidos.

Ver alínea ii) do ponto 3.1.13 da nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais
2018				
CA - Empréstimo PCC.CAP - 59063151325 (3135643)	5.693,64	22.774,56	32.264,51	60.732,71
Total	5.693,64	22.774,56	32.264,51	60.732,71
2019				
CA - Empréstimo PCC.CAP - 59063151325 (3135643)	5.693,64	22.774,56	26.570,87	55.039,07
Total	5.693,64	22.774,56	26.570,87	55.039,07
Variação (2019-2018)			-5.693,64	-5.693,64

11.4 – Fundos Patrimoniais

Rúbricas dos Fundos Patrimoniais	2017	Aumentos	Reduções	2018	Aumentos	Reduções	2019
Fundos Líquidos							
Reservas Legais							
Outras Reservas							
Resultados transitados	615.642,54	103.111,10		718.753,64	37.354,03		756.107,67
Ajustamentos em Ativos Financeiros							
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	1.382.300,72		-40.789,48	1.341.511,24		-39.952,11	1.301.559,13
Resultado Líquido	103.111,10	34.426,33	-103.111,10	34.426,33	60.114,30	-34.426,33	60.114,30
Total	2.101.054,36	137.537,43	-143.900,58	2.094.691,21	97.468,33	-74.378,44	2.117.781,10

12 - Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.16 na nota 3 deste anexo

12.1 — Número médio de empregados:

Vínculo	N.º de trab. inicio do ano	Admissões n.º trab.	Demissões n.º trab.	N.º de trab. final do ano
Efetivos	29		1	28
Termo certo	7	6	4	9
Termo incerto	7		2	5
Total	43	Número médio de trabalhadores		
		42,5		



Gastos com pessoal	2019	2018
Funcionários:	515.194,16	495.251,61
Remunerações	437.893,54	417.815,83
Encargos seg. social	77.300,62	77.435,78
Seguros	4.422,27	4.576,74
Outros	1.814,02	2.900,41
Vestuário e calçado	634,20	2.227,11
Medicina no trabalho	727,57	653,30
Convívios do pessoal	452,25	20,00
Total	521.430,45	502.728,76

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

1 - Dando Cumprimento ao estipulado no art.^º 210º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

2 - A Entidade informa que a não apresenta dívidas ao Estado em mora.
Não existem salários em atraso em 31 de dezembro de 2019.

14 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 – Outros Ativos/Passivos Correntes.



LAR CENTRO DE DIA SÃO LORÉU
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DA CAMPEA

CRISE
CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEA

EMPRESA AFILIADA CAMPOLARANT
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA

LAR
CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEA

CENTRO DE SAÚDE
CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEA

*Deus
Braga*

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA - RUA DA IGREJA N.º 16 VILA NOVA - 5000-071 CAMPEA.
T (+351) 259 978 171 • cspcvr@hotmail.com

Outros Ativos/Passivos Correntes	2019	2018
Ativo - Outros ativos correntes		
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.860,00	2.460,00
Projeto Pares	10.000,00	10.000,00
IEFP	226,37	226,37
IFAP	6.189,00	6.189,00
Fábrica da Igreja	89.000,00	89.000,00
Dívidas de Utentes (outros)	3.925,24	3.225,34
Fornecedores		456,83
Total	111.200,61	111.557,54
Passivo - Outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	67.264,92	71.409,20
Fornecedores de investimento	16.752,66	
Total	84.017,58	71.409,20

14.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2019	2018
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Trabalhos Especializados		615,00
Cantina Social	1.860,00	1.845,00
Total	1.860,00	2.460,00
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar		
Férias e Sub. Férias a liquidar	65.588,72	68.462,69
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	1.676,20	2.946,51
Total	67.264,92	71.409,20

See's
and
that
~~is~~

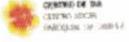
14.3 – Diferimentos.

Diferimentos	2019	2018
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	1.993,95	5.419,73
Total	1.993,95	5.419,73
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Total		

14.4 – Fornecimentos e Serviços Externos.



LAR CENTRO DE DIA SAÚDE CRISTO
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA CAMPEA - RUA DA IGREJA N.º 16 VILA NOVA - 5000-071 CAMPEA
T +351 259 978 171 - cspcv@gmail.com

FSE	2019	2018
Subcontratos	132.695,81	137.387,31
Trabalhos especializados	14.316,76	28.697,35
Vigilância e segurança	1.231,06	243,31
Honorários	4.832,07	10.913,95
Conservação e reparação-edifícios o. const.	8.471,68	6.623,91
Conservação e reparação-eq. básico	3.689,56	1.441,24
Conservação e reparação-eq. transporte	8.398,75	7.799,65
Conservação e reparação-eq. administrativo	741,69	738,00
Serviços bancários	7,54	39,80
Ferramentas e utensílios	1.804,65	2.666,94
Material de escritório	1.178,40	2.386,08
Artigos para oferta	530,87	521,35
Material didático	1.166,03	1.202,82
Encargos com saúde de utentes	3.465,45	5.158,74
Rouparia	1.038,09	1.051,89
Artigos decorativos	65,99	
Despesas litúrgicas		98,01
Eletricidade	27.822,54	23.556,47
Combustíveis	53.192,89	57.711,59
Água	6.821,21	8.265,49
Deslocações e estadas	576,35	666,52
Comunicação	2.625,19	2.553,75
Seguros	3.062,41	3.091,13
Despesas de representação	534,95	420,00
Limpeza, higiene e conforto	18.528,79	24.761,94
Total	296.798,73	327.997,24



LAR CENTRO DE IDADES E OBRA
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DA CAMPEÃ



CRECHE
CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEÃ



CENTRO APÓIO FAMILIAR
CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEÃ



LAR
CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEÃ



CENTRO DE DIA
CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA CAMPEÃ

14.5 – Outros Gastos.

Outros Gastos	2019	2018
IMI	43,20	21,15
Imposto de selo	2,57	5,17
Imposto s/ transportes rodoviários		64,00
Taxas		302,98
Correções de períodos anteriores	17.784,10	11.903,54
Quotizações	360,00	426,00
Multas e penalidades	1,00	295,32
Funerais	1.266,00	
Outros		14,95
Total	19.456,87	13.033,11

14.6 – Gastos e Perdas de Financiamento.

Gastos e perdas de financiamento	2019	2018
Juros suportados	69,74	104,29
Despesas bancárias e comissões	2,65	
Total	72,39	104,29

14.7 – Outros Rendimentos.

Outros Rendimentos	2019	2018
Descontos pp obtidos	0,03	5,60
Correções de períodos anteriores	8.333,76	10.841,68
Imputação de Sub. Investimento	39.952,11	40.789,48
Outros	45.347,34	30.011,04
Total	93.633,24	81.647,80

14.8 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Campeã, 26 de fevereiro de 2020

A Entidade

Manuel Gómez da Costa
DIR. CENTRO SOCIAL DA STAD E GRECHE
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DA-CAMPEÃ
RUA DA IGREJA, 16 - VILA-NOVA
5000 - 071 CAMPEÃ TEL: 259 978 171
DNE: 503 966 932
CSG: 20000000000000000000000000000000

O Contabilista Certificado

Luis Leite

CC n° 39242